



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO N.º 07/2014

Disponibilização: 07 de abril de 2014

Período abrangido: de 24 de março a 04 de abril de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ATIVIDADE PARLAMENTAR

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **FORÇAS DE SEGURANÇA**
- **PROTEÇÃO CIVIL**
- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**
- **PESCAS**
- **SEGURANÇA ALIMENTAR**
- **VETERINÁRIA**

4. AMBIENTE

5. CULTURA

6. DESPORTO

7. EDUCAÇÃO

8. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

9. ENERGIA



10. FINANÇAS

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

11. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

12. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

13. JOGOS DE FORTUNA E AZAR E OUTROS

14. JUSTIÇA

15. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **COOPERAÇÃO**
- **QUESTÕES CONSULARES**

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

17. SAÚDE

18. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**
- **HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**
- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

20. TURISMO E LAZER

- **TURISMO**



1. ATIVIDADE PARLAMENTAR

Resolução da Assembleia da República n.º 29/2014, de 02 de abril **(Assembleia da República)**

Constitui uma comissão parlamentar de inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II).

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **FORÇAS DE SEGURANÇA**

Decreto-Lei n.º 46/2014, de 24 de março **(Ministério da Administração Interna)**

Procede à primeira alteração dos Decretos-Leis n.ºs 298/2009, de 14 de outubro, e 299/2009, de 14 de outubro, estabelecendo os montantes da comparticipação anual da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP) na aquisição de fardamento, respetivamente, pelos militares da GNR e pelo pessoal policial da PSP.

- **PROTEÇÃO CIVIL**

Despacho n.º 4500/2014, de 27 de março **(Ministério da Administração Interna - Autoridade Nacional de Proteção Civil)**

Procede à atualização do valor das taxas pelos serviços de segurança contra incêndios em edifícios prestados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2014, de 03 de abril **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a realização da despesa com a aquisição de serviços de implementação do Centro Operacional do Norte do sistema 112.pt e dos serviços de comutação com o Centro Operacional do Sul do sistema 112.pt.



- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

Despacho n.º 4321-A/2014, de 24 de março

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local)

Determina a marcação de eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Monte e Queimadela, município de Fafe, no dia 25 de maio de 2014.

Despacho n.º 4479-A/2014, de 26 de março

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local)

Determina a marcação de eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Garfe, município de Póvoa de Lanhoso, no dia 25 de maio de 2014.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**

Despacho n.º 4286/2014, de 24 de março

(Ministério da Agricultura e do Mar - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Aprova e publica a tabela de preços a praticar pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural no ano de 2014.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2014, de 26 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o grupo de acompanhamento da bolsa de terras.

Despacho n.º 4630/2014, de 31 de março

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Aprova o projeto de execução do circuito hidráulico Caliços Machado e Blocos de Rega e fixa o respetivo perímetro de rega.

- **PESCAS**

Despacho n.º 4697/2014, de 01 de abril

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado do Mar)

Fixa as quotas de pesca disponíveis para Portugal para o ano de 2014, nas áreas de regulamentação da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico (NAFO) e da Comissão de Pescarias do Atlântico Nordeste (NEAFC) - Mar de Irminger.



- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

Decreto-Lei n.º 48/2014, de 26 de março

Ministério da Agricultura e do Mar

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 21772008, de 11 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2013/46/UE, da Comissão, de 28 de agosto de 2013, que altera a Diretiva n.º 2006/141/CE, da Comissão, de 22 de dezembro de 2006, relativa às fórmulas para lactentes e fórmulas de transição.

- **VETERINÁRIA**

Despacho n.º 4881/2014, de 04 de abril

(Ministério da Agricultura e do Mar - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Altera a tabela de preços cobrados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária de modo a incluir os valores relativos aos documentos de identificação dos equídeos.

4. AMBIENTE

Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Procede à alteração (primeira alteração) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

5. CULTURA

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2014/A, de 28 de março

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Define o regime jurídico do Conselho Regional de Cultura.

Despacho n.º 4665/2014, de 01 de abril

(Presidência da República - Gabinete do Presidente)

Determina que, no presente ano, as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades se realizem na cidade da Guarda.



6. DESPORTO

Declaração de Retificação n.º 21/2014, de 31 de março **(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)**

Retifica o Decreto legislativo Regional n.º 4/2014/A, de 18 de fevereiro, da Região Autónoma dos Açores, que procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 34, de 18 de fevereiro de 2014.

7. EDUCAÇÃO

Parecer n.º 3/2014, de 24 de março **(Ministério da Educação e Ciência - Conselho Nacional de Educação)**

Emite parecer sobre o projeto de decreto-lei que procede à revisão do regime jurídico da habilitação para a docência dos educadores e professores dos ensinos básico e secundário.

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março **(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas.

8. EMPRESAS

Decreto Legislativo Regional n.º 1/2014/M, de 27 de março **(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)**

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M, de 7 de dezembro, que define as linhas orientadoras para a utilização dos instrumentos de apoio ao investimento, financiamento e funcionamento das empresas da Região Autónoma da Madeira.

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

Despacho n.º 4663-A/2014, de 31 de março **(Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro)**

Estabelece regras para assegurar a articulação entre a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., no exercício das competências que lhes estão cometidas pelo artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial e procedimentos para as empresas abrangidas por esse artigo.



9. ENERGIA

Despacho n.º 4321-B/2014, de 24 de março

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Determina o limite máximo da variação da tarifa social de venda a clientes finais dos comercializadores de último recurso do ano gás 2013-2014 para o ano gás 2014-2015, para efeitos de aplicação nas tarifas de gás natural do ano gás 2014-2015.

Despacho n.º 4694/2014, de 01 de abril

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Estabelece as linhas gerais dos procedimentos a seguir no cálculo da revisibilidade previsto no Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro, relativamente à participação das centrais com CMEC no mercado da banda de regulação secundária bem como os princípios da formação do preço da banda de regulação secundária auferido pelos centros eletroprodutores que participam no mercado de serviços de sistema, tomando por referência o mercado de serviços de sistema Espanhol

10. FINANÇAS

• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março

(Ministério das Finanças)

Regulamenta o modo de atribuição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira da receita de IVA e revoga a Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro.

11. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

Portaria n.º 76-A/2014, de 24 de março

(Ministério das Finanças)

Primeira alteração ao Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, aprovado pela Portaria n.º 815/2010, de 30 de agosto.



Decreto Legislativo Regional n.º 1/2014/M, de 27 de março
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M, de 7 de dezembro, que define as linhas orientadoras para a utilização dos instrumentos de apoio ao investimento, financiamento e funcionamento das empresas da Região Autónoma da Madeira.

12. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Regulamento n.º 131/2014, de 01 de abril

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral do Território)

Torna público o Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Direção-Geral do Território.

13. JOGOS DE FORTUNA E AZAR E OUTROS

Aviso n.º 4009/2014, de 24 de março

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)

Publica os planos oficiais de prémios da Lotaria Clássica respeitantes ao 2.º trimestre de 2014.

14. JUSTIÇA

Acórdão n.º 105/2014, de 25 de março

(Tribunal Constitucional)

Decide julgar inconstitucional a interpretação normativa, extraída do n.º 1 do artigo 321.º do Código Civil, segundo a qual se inicia e corre um prazo prescricional, referente a uma pretensão indemnizatória, no momento em que são cognoscíveis pelo lesado os pressupostos do seu direito à indemnização, embora nesse momento ele esteja legalmente impedido de efetivá-lo, por inexistência de meio processual idóneo, apenas se suspendendo a prescrição nos últimos três meses do prazo.

Acórdão n.º 106/2014, de 25 de março

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma constante da alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, na medida em que estabelece como alçada de recurso para o Tribunal da Relação de decisão judicial que confirme a condenação administrativa por contraordenação laboral que o valor da coima aplicada seja superior a 25 unidades de conta ou valor equivalente.



Acórdão n.º 108/2014, de 25 de março
(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma do artigo 133.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, interpretada no sentido de não exigir consentimento para o depoimento, como testemunha, de menor de 16 anos, à data dos factos, a quem tenha sido instaurado processo tutelar educativo pela prática dos factos criminalmente imputados ao arguido, tendo esse processo já terminado com o seu arquivamento.

Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março
(Ministério da Justiça)

Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.

15. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **COOPERAÇÃO**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2014, de 26 de março
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a participação da República Portuguesa na 10.ª reconstituição de recursos do Fundo Asiático de Desenvolvimento.

- **QUESTÕES CONSULARES**

Decreto n.º 10/2014, de 25 de março
(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova o Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em Lisboa, em 2 de novembro de 2007.

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas.



Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2014/A, de 28 de março
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Define o regime jurídico do Conselho Regional de Cultura.

Declaração de Retificação n.º 21/2014, de 31 de março
(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto legislativo Regional n.º 4/2014/A, de 18 de fevereiro, da Região Autónoma dos Açores, que procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 34, de 18 de fevereiro de 2014.

Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março

(Ministério das Finanças)

Regulamenta o modo de atribuição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira da receita de IVA e revoga a Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro.

• **MADEIRA**

Decreto Legislativo Regional n.º 1/2014/M, de 27 de março
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M, de 7 de dezembro, que define as linhas orientadoras para a utilização dos instrumentos de apoio ao investimento, financiamento e funcionamento das empresas da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março

(Ministério das Finanças)

Regulamenta o modo de atribuição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira da receita de IVA e revoga a Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 2/2014/M, de 01 de abril

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova a Conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano de 2012.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 3/2014/M, de 01 de abril

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o relatório e conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira referente ao ano económico de 2012.



17. SAÚDE

Despacho n.º 4353/2014, de 25 de março

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referentes aos contratos públicos de aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de Sistemas de Pacemakers.

Despacho n.º 4354/2014, de 25 de março

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E (SPMS, E.P.E.), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de CONTRACETIVOS ORAIS, PROFILÁTICOS E MECÂNICOS.

Despacho n.º 4355/2014, de 25 de março

(Ministério da Saúde - Direção-Geral da Saúde)

Determina os métodos de vigilância epidemiológica e microbiológica.

Despacho n.º 4520/2014, de 27 de março

(Ministério da Saúde - Direção-Geral da Saúde)

Estabelece o regulamento de organização das atividades das entidades do setor público, privado ou social que integram a rede de vigilância epidemiológica para prevenção e controlo das doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública.

Despacho n.º 4632/2014, de 31 de março

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS, EPE), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) que determinam as condições de fornecimento de fatores recombinantes da coagulação.

Portaria n.º 78/2014, de 03 de abril

(Ministério da Saúde)

Altera (sexta alteração) a Portaria n.º 924-A/2010, de 17 de setembro, que define os grupos e subgrupos farmacoterapêuticos que integram os diferentes escalões de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos.



18. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Despacho n.º 4703/2014, de 01 de abril

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego)

Determina a alteração ao regulamento aprovado pelo Despacho n.º 18223/2008, de 8 de julho (Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 2.3, "Formações Modulares Certificadas", do Eixo 2 "Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida", do Programa Operacional Potencial Humano - POPH).

- **HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

Declaração de Retificação n.º 20/2014, de 27 de março

(Assembleia da República)

Declara ter sido retificada a Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, que «Procede à segunda alteração à Lei 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 19, de 28 de janeiro de 2014.

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**

Decreto-Lei n.º 50/2014, de 31 de março

(Ministério da Economia)

Estabelece o regime jurídico aplicável ao licenciamento das estações radioelétricas instaladas a bordo de aeronaves.



Parecer n.º 15/2013, de 02 de abril
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Emite parecer sobre o regime de responsabilidade pela conservação das pontes D. Luís e Infante D. Henrique sobre o rio Douro.

Lei n.º 16/2014, de 04 de abril
(Assembleia da República)

Procede à alteração (segunda alteração) da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

Declaração de Retificação n.º 22/2014, de 01 de abril
(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 56/2014, de 6 de março, do Ministério da Economia, que altera o Regulamento do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39987, de 22 de dezembro de 1954, publicada no Diário da República n.º 46, 1.ª série, de 6 de março de 2014.

20. TURISMO E LAZER

- **TURISMO**

Declaração de Retificação n.º 19/2014, de 24 de abril
(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro, do Ministério da Economia, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2014.